

Banco de Portugal quer concessão de crédito mais responsável

O regulador continua focado na protecção dos consumidores de crédito, além do Plano Nacional de Formação Financeira, ao qual se junta também a APB.

Marta Marques Silva

marta.marquessilva@economico.pt

O Banco de Portugal está a trabalhar em medidas que visam uma concessão de crédito mais responsável por parte dos bancos. Pedro Duarte Neves, vice-governador do Banco Central, disse ontem no Fórum Crédito e Educação Financeira, promovido pelo Diário Económico, que o regulador está a preparar novas orientações com vista à concessão de “crédito responsável”, as quais serão divulgadas num futuro próximo.

Nestes trabalhos, focados na fase prévia à celebração dos contratos de crédito, o regulador pretende ouvir especialistas nacionais e internacionais, de forma a definir orientações em três áreas de actuação. Por um lado, o dever de assistência ao cliente, “no sentido de garantir que a instituição de crédito presta ao cliente os esclarecimentos necessários à plena compreensão das características dos produtos”, explica Pedro Duarte Neves. Também a análise da adequação do produto ao cliente será alvo de orientações, “de forma a avaliar a adequação dos produtos de crédito oferecidos às necessidades expressas pelo cliente, às suas características pessoais e à situação financeira”, adianta. O regulador está ainda atento “aos cuidados que devem existir na avaliação da solvabilidade do cliente”.

Mas as preocupações do Banco de Portugal não se esgotam aqui. O vice-governador avança ainda que a instituição continua a trabalhar na elaboração de códigos de



Pedro Duarte Neves, vice-governador Banco de Portugal

“Temos de ter atenção legisladora, num futuro próximo, em relação ao reforço da fiscalização da actividade de intermediação de crédito.”



António de Sousa, presidente da APB

“Temos um sistema financeiro do qual dependemos muito, utilizamos intensamente e conhecemos mal, daí que muitas vezes as decisões não sejam fundadas nos melhores pressupostos.”

conduta, nomeadamente em relação às vendas associadas, e pretende emitir orientações no que toca à “gestão de situações de incumprimento, onde achamos que podem existir melhorias”, sem no entanto dar pormenores. Para breve está ainda “a emissão de legislação com vista ao reforço da fiscalização da actividade de intermediação de crédito”, disse.

Presente no Fórum esteve também António de Sousa. O presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) lembrou os resultados do Inquérito à Literacia Financeira promovido pelo Banco de Portugal, concluindo que “é significativa a iliteracia financeira em Portugal”. E adianta: “Temos um sistema financeiro do qual dependemos muito, utilizamos intensamente e conhecemos mal”. É com base nesta lacuna, e na necessidade de envolver várias entidades de forma a supri-la, que também a APB entra no combate à iliteracia financeira, através dos seus associados. A associação pretende desenvolver programas de literacia financeira, comuns a toda a banca e cobrindo todo o território nacional. No último ano, a APB desenvolveu já acções como cursos para jornalistas, uma acção de formação para a Direcção-Geral do Consumidor, além de acções de formação em microcrédito. Para 2012, a APB vai continuar os processos já em curso, além de acções orientadas para estudantes do ensino secundário e do superior. Outra das iniciativas previstas é o site ‘Boas Práticas/Boas Contas’, frase que será o lema principal da campanha da APB. ■



Nova mediadora do crédito

Maria Clara Domingues Machado, nomeada pelo Governo, no dia 12 de Janeiro, para o cargo de mediadora do crédito marcou presença no Fórum Crédito e Educação Financeira promovido pelo Diário Económico. A actual directora-adjunta do Departamento de Supervisão Prudencial do Banco de Portugal, instituição a cujos quadros pertence há largos anos, vai tomar posse do novo cargo no próximo dia 1 de Fevereiro. Terá por missão promover os interesses dos cidadãos nas relações com instituições financeiras, mas também terá como preocupação o problema da iliteracia financeira no nosso país.



O MOMENTO

João Amaro, da Inter-Risco, contou uma anedota segundo a qual, a administração qualquer empresa alemã deve ter quatro alemães para a organização e gestão, um inglês, para as finanças, e um português, separado por um vidro, com o aviso: “quebrar em caso de emergência”, pelo espírito de desenrascanso.

PUB

FÓRUM CRÉDITO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Patrocinadores:

WHITE STAR
SERVICING COMPANY



PONTOS-CHAVE

▶ O Banco de Portugal continua focado na protecção dos clientes e quer uma concessão de crédito mais responsável. APB une-se ao plano de formação financeira.

▶ Especialistas discutem formas de financiamento alternativas para as empresas e quais as medidas necessárias à criação de um sector mais competitivo.

▶ Secretária de Estado apela ao papel dos bancos na informação financeira dos clientes e alerta os cidadãos para os perigos dos depósitos em moeda estrangeira.

Paulo Alexandre Coelho



O primeiro painel debateu a "austeridade e Riscos de Crédito nas Empresas e Particulares".

Fundos da banca ajudam a recuperar empresas portuguesas muito endividadas

Primeiro fundo já conta com cerca de 700 milhões de euros.

O primeiro fundo de investimento foi lançado há cerca de um ano e conta já com cerca de 700 milhões de euros de capital. A informação foi avançada ontem por António Souto, administrador do Banco Espírito Santo, no decorrer do Fórum promovido pelo Diário Económico. Tratam-se de fundos especializados na reestruturação, recapitalização e consolidação de empresas, "que convertem créditos em capital, através de unidades de participação, e onde foram aplicados 'haircuts' significativos", explica o responsável do BES. Estes fundos contam com a participação de todos os principais bancos portugueses, embora tenham uma gestão autónoma.

Esta foi uma das formas encontradas para prestar auxílio a empresas e sectores que enfrentam actualmente dificuldade devido à falta de acesso ao crédito. António Souto explica que o primeiro fundo, que contou também com "uma peque-

na participação do Estado em 'cash'", incluiu empresas de áreas industriais diversas, como têxteis e cortiça. Já o segundo produto do género, lançado recentemente, centrou-se nas actividades de imobiliário turístico e no turismo, enquanto o terceiro fundo de investimento, em vias de sair para o mercado, tem por base a consolidação das empresas de obras públicas. Objectivo futuro: "Conseguir captar capitais nacionais ou internacionais para que as empresas não sejam financiadas exclusivamente pelos bancos", explica o administrador do BES.

Neste painel, que teve como tema "Austeridade e Riscos de Crédito nas Empresas e nos Particulares", Vítor Lopes Fernandes, vice-presidente do Millennium bcp, aproveitou para deixar três desafios à sociedade portuguesa. Ao Governo, este responsável propõe a criação de incentivos à constituição de capitais próprios das empresas, como benefícios fiscais para a retenção de lucros. Isto porque as empresas portuguesas têm



AS FRASES

"Seria importante o Governo criar benefícios fiscais para a retenção de lucros, criando assim um incentivo à constituição de capitais próprios nas empresas", propõe Vítor Fernandes, do BCP.

"É necessário simplificar a legislação e regulamentação do País. É impossível atrair investimento estrangeiro com uma justiça que não funciona", nota Carlos Álvares, do Banco Popular.

capitais próprios insuficientes, com a sua actividade a ser, em grande parte, suportada pelo acesso ao crédito. No entanto, "a banca não vai ter condições para aumentar o financiamento às empresas, pelo que necessitamos de reestruturar o tecido empresarial, precisamos de empresas rentáveis, com capacidade para criar 'superavits'".

Neste contexto, Carlos Álvares, director geral de negócio do Banco Popular, defende que "o investimento estrangeiro deverá ser a tónica, o designio nacional e para isso temos que melhorar a atractividade do País em termos de investimento estrangeiro". Algo que, para este responsável, terá de passar antes de mais por uma "simplificação da legislação e regulamentação". E acrescenta: "É impossível atrair investimento estrangeiro com uma justiça que não funciona".

Ainda no que toca aos possíveis recursos disponíveis para recuperar as empresas nacionais, destaque para o capital de risco. João Amaro, partner da Inter-Risco, salientou resulta-

dos de um estudo sobre o impacto financeiro da intervenção do capital de risco nas empresas, o qual sugere aumento de resultados, bem como do número de trabalhadores dessas empresas.

Vítor Lopes Fernandes, do BCP, deixa ainda mais dois desafios a empresas e particulares. Por um lado aconselha as empresas a serem mais transparentes com a banca nas contas apresentadas, aconselhando mesmo a apresentação de contas auditadas sempre que possível. Esta acção teria a mais-valia de diminuir a percepção do risco por parte dos bancos, melhorando o 'rating' interno dessas empresas. Este responsável acredita ainda que seria importante transferir "boa parte do talento que surgiu nos últimos anos nos sectores não transaccionáveis para sectores de bens transaccionáveis", diz. E adianta ainda: "É preciso transferir os melhores quadros de forma a tornar as empresas mais eficientes, produtivas e aptas a entrar em novos mercados". ■ M.M.S.

FÓRUM CRÉDITO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Depósitos em moeda estrangeira têm “riscos”

A secretária de Estado do Tesouro e Finanças apelou ao papel dos bancos na informação financeira dos clientes.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

Os investidores devem ser devidamente alertados quanto aos riscos de se optar por depósitos em moeda estrangeira, defendeu ontem a secretária de Estado do Tesouro e Finanças, que falava no Fórum Crédito e Educação Financeira, promovido pelo Diário Económico.

A propósito das notícias que têm dado conta de um aumento da procura de particulares por alternativas a depósitos feitos em euros, face aos receios de uma crise da moeda europeia, Maria Luísa Albuquerque sublinhou a necessidade de se conhecerem os riscos de optar por uma solução nesses moldes. Mais do que isso, a governante garante que se trata de receios “infundados” e que não devem ser “alimentados”.

A secretária de Estado pede “um esforço adicional aos diferentes gestores de poupanças

para que a incerteza e a insegurança sejam minimizadas. Para tal, cada cliente bancário, cada investidor, deve ser munido da “informação completa sobre os riscos de cada escolha”.

Mais do que limitarem-se a cumprir o que é ou vier a ser imposto pelos reguladores e outras autoridades, as instituições devem assumir o desígnio da literacia financeira “como seu e não como uma imposição”.

Maria Luísa Albuquerque assume que “Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer nesta área”, até porque, se há um grupo de pessoas com níveis consideráveis de literacia financeira, há “um outro grupo, ainda bem mais numeroso, desconhecedor do tema”. De resto, a responsável não tem dúvidas de que “o declínio rápido da poupança interna” contribuiu e muito para que Portugal enfrente hoje uma das mais profundas crises económicas e financeiras da sua história”. Ver o acesso ao

financiamento externo privado, como consequência da crise que surgiu em 2007, era, por isso, para a secretária de Estado, “apenas uma questão de tempo”.

Por isso, inverter esta tendência, reduzindo os níveis de endividamento e aumentando a poupança, é “tão incontornável quanto inadiável”. Tal processo “já se iniciou, de forma expressiva, no sector privado”, refere, mas há ainda muito caminho a percorrer.

O Estado, defendeu, deve “contribuir decisivamente para esse processo, prevenindo-se, lembra, que a dívida pública atinja “um máximo em 2013”, invertendo depois a tendência. A responsável congratulou-se com os resultados obtidos no leilão de bilhetes do Tesouro, com maturidades até 11 meses, feito na semana passada. E vê nesse sucesso “um sinal de que o regresso da confiança estará mais próximo”. ■

Investidores portugueses pouco informados

Inquérito do Banco de Portugal retrata o elevado nível de iliteracia financeira.

A crise financeira que rebentou nos últimos anos tornou mais gritante a realidade portuguesa quanto ao nível de informação de depositantes e investidores.

Os dados mais recentes existentes, que fazem parte de um inquérito à literacia financeira da população portuguesa feito pelo Banco de Portugal (BdP), traçam um retrato que não é particularmente animador. Os resultados, relativos a 2010, foram divulgados em Novembro do ano passado.

“Em geral, os portugueses têm atitudes positivas, ainda que, a essas atitudes nem sempre correspondam comportamentos financeiros adequados”, diz o supervisor no seu relatório. Em termos de nível de informação financeira, o BdP realça, no entanto, que “a maioria da população inquirida tem um grau de literacia financeira superior à média dos indivíduos que nele participaram”. No entanto, esta realidade está longe de ser homogénea. Há “importantes assimetrias nos níveis de literacia financeira de diferentes grupos populacionais” realça a entidade liderada por Carlos Costa.

Tendo em conta a grande fatia da população que possui pelo menos um crédito bancário, alguns resultados podem ser surpreendentes. O inquérito, feito a dois mil portugueses, mostra que 80% dos inquiridos desconhece o conceito da taxa Euribor e uma elevada percentagem não entende o que é o ‘spread’. Mais do que isso, apenas uma percentagem ínfima (4%) dos inquiridos têm em conta a taxa anual efectiva (TAE) quando tem de decidir se contrata um crédito à habitação. A TAE não é mais do que o indicador que reflecte os vários custos – que não ape-

nas o ‘spread’ – inerentes a um financiamento bancário.

E a que meios recorrem os portugueses para se informarem antes de contratarem um produto bancário? Cerca de 54% dos inquiridos pelo BdP seguem os conselhos obtidos aos balcões dos bancos para escolher, por exemplo, onde aplicar as suas poupanças. Os folhetos e desdobráveis que estão nas agências são um veículo privilegiado.

Em termos de comportamento, e numa altura em que se defende cada vez mais a necessidade de se poupar, os resultados do inquérito deixam claro que só uma pequena parte dos inquiridos tem hábitos de poupança. ■ **M.A.B.**

CONTA BANCÁRIA

66%

Dois terços dos dois mil inquiridos pelo Banco de Portugal é titular de uma conta bancária; os titulares de duas contas constituem apenas 26% do total; 29% dos inquiridos não tem qualquer outro produto bancário.

CONCEITOS

80%

Mais de 80% não sabe o que é a taxa Euribor ou o ‘spread’, elementos fundamentais num crédito bancário; apenas 9% dos inquiridos pelo Banco de Portugal sabe definir exactamente o que é a Euribor.

INFORMAÇÃO

54%

dos inquiridos questionados pelo Banco de Portugal seguem os conselhos obtidos aos balcões dos bancos para escolher, por exemplo, em que produtos financeiros aplicam as suas poupanças.

PONTOS DE VISTA



António Souto,
Administrador do BES

“De Junho de 2010 a Setembro de 2011, o BES aumentou a concessão de crédito a PME exportadoras e do sector do turismo. Em simultâneo já vendeu 1,7 mil milhões de euros de crédito internacional”.



Carlos Álvares,
director-geral de negócio do Banco Popular

“O investimnto estrangeiro deverá ser a tónica, o desígnio nacional. Temos de melhorar a atractividade do País em termos de investimento e não podemos fazê-lo sem antes reformar a justiça”.



Vítor Fernandes,
vice-presidente Millennium BCP

“Seria importante que as empresas fossem mais transparentes com a banca nas contas que apresentam. Isso diminuiria a percepção do risco por parte da banca, permitindo melhorar os ‘ratings’ internos.



João Amaro,
partner da Inter-Risco

“A intervenção do capital de risco oferece uma dupla mais-valia. Por um lado, ajuda à recapitalização das empresas e a tornar os balanços mais solúveis e, por outro, coloca uma gestão profissional nas empresas”.

Paulo Alexandre Coelho



O papel das empresas de recuperação de créditos foi o tema do segundo painel de debate.

OPINIÕES



Luís Salvaterra, director-geral Ibéria da Intrum Justitia

A gestão e recuperação de crédito foi, durante muito tempo, “o patinho feio das empresas”, sendo necessário educar “uma nova geração de gestores”.



João Ferreira Marques, Head of Origination & Business Development da WhiteStar

As empresas de recuperação de crédito podem fazer “uma gestão bastante mais activa do que a banca o faz”, defende este responsável.



Luís Pardelinha, COO da Servdebt

“Faz sentido adoptar uma estratégia conjunta na gestão de crédito. É na recuperação preventiva em que temos de nos empenhar cada vez mais.”



Jorge Jesus, director-geral da JJActivos

Os clientes entram em incumprimento “por razões muito nobres como o divórcio e/ou o desemprego”. E a banca tem “toda a legitimidade de pedir que o seu crédito seja satisfeito”.



Nelson Cardoso, presidente da APERC

“Quando chegamos já é tarde. Mas não é tarde para não se cometerem os mesmos erros. As pessoas só quando entram em incumprimento é que reparam no que contrataram.”

Recuperação de crédito pode fazer a diferença na actual crise

Empresas de recuperação de créditos têm um papel essencial na gestão do crédito malparado.

Maria Ana Barroso
maria.barroso@economico.pt

As empresas de recuperação de crédito podem ter um papel essencial no processo de escalada do crédito malparado em Portugal, no contexto da crise. E há trabalho a fazer na tomada de medidas preventivas que evitem que os casos de incumprimento assumam dimensões críticas.

Estas foram algumas das posições defendidas ontem, no Fórum Crédito e Educação Financeira, por vários responsáveis desta área de actividade. O presidente da Associação de Empresas de Recuperação de Crédito (APERC) lembrou que, devido à conjuntura, este sector é “naturalmente hoje um parceiro indispensável” dos bancos e outras instituições de crédito. Para Nelson Cardoso, as empresas de recuperação de crédito, mais do que apenas servirem os seus clientes, “trabalham na educação financeira”.

A propósito dos baixos níveis de literacia financeira em Portugal, o responsável não tem dúvidas de que muitas vezes “as pessoas só quando entram em incumprimento é que reparam no que contrataram e como contrataram”. “Até lá não tiveram, se calhar, a edu-

cação financeira para saber os riscos que estavam a tomar”, conclui.

Mas o drama do incumprimento não afecta apenas os particulares, nem tão-pouco os bancos. O director-geral para a península Ibérica da Intrum Justitia alertou ontem para o facto de “uma das principais razões que levam as empresas à falência tem a ver com o incumprimento”. Essas falências, recorda, conduzem “a que haja desemprego”. Luís Salvaterra lembra que a gestão e recuperação de crédito foi, durante muito tempo, “o patinho feio das empresas” sendo, por isso, necessário educar agora uma “nova geração de gestores” para alterar essa realidade.

Também o papel do Estado foi lembrado, já que “os atrasos nos prazos de pagamento influenciam directa e indirectamente as empresas” com quem este trabalha. Para o director-geral da Intrum Justitia não há dúvidas de que “o problema do incumprimento e dos atrasos não é conjuntural, é estrutural e já se arrasta há anos”.

É precisamente porque esta realidade existe que o ‘chief operating officer’ (COO) da Servdebt considera que “faz sentido adoptar uma estratégia conjunta que junte todos os intervenientes na gestão de créditos”. Luís Pardelinha defen-



A FIGURA

Ricardo Ferreira, um dos autores do “Manual das Finanças Pessoais”, publicado pela Arcádia, relatou a sua experiência de formação. Afirma que as pessoas só vão a cursos sobre finanças pessoais obrigadas e quando a iniciativa é das empresas, mas, depois, dizem: “se soubesse que era isto já tinha procurado informar-me”. E conclui que é preciso explicar muito bem as vantagens para as pessoas se interessarem por estes temas.

de, nomeadamente, que na gestão de incumprimentos, se actue “logo no início”. “É na recuperação preventiva que temos de nos empenhar cada vez mais”, refere. Este gestor lamenta ainda que não exista “um programa específico de literacia financeira ao nível da escolaridade”.

João Ferreira Marques, responsável da WhiteStar, partilha desta posição, dizendo que “se houver uma gestão mais activa que acelere a recuperação de um montante, só esse facto cria mais valor”. Fazendo questão de sublinhar que a sua posição não significa qualquer crítica à banca, Ferreira Marques defende que as empresas de recuperação de crédito fazem “uma gestão bastante mais activa do que a banca o faz”. “A banca tem funções muito mais essenciais, como seja originar crédito. Mesmo nos grandes bancos, este tipo de actividade é desenvolvido via ‘outsourcing’, explicou.

Jorge Jesus, director-geral da JJActivos, fez questão de lembrar que, nestes casos, há duas posições que são “perfeitamente legítimas”. A dos bancos, “que têm toda a legitimidade de pedir que o crédito seja satisfeito” e a dos clientes que, muitas vezes, entram em incumprimento “por razões muito nobres como o divórcio e/ou o desemprego”. ■

FÓRUM CRÉDITO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Fotos: Paulo Alexandre Coelho



1 Aspecto da assistência que encheu a sala do Pestana Palace Hotel, onde decorreu o Fórum Crédito e Educação Financeira, que contou com a presença de cerca de 120 pessoas.

2 Débora Souto, João Cruz e Luís Pardelinha, todos da Servdebt.

3 António Comprido, da APETRO, marcou presença no Fórum.

4 John Galvão e João Ferreira Marques, da WhiteStar, e Rui Madeira, da Finangeste.

5 Carla Neto e Alexandra Rebelo, do Banco Efisa, durante a pausa da conferência.

6 Vítor Fernandes, do BCP, conversa com António de Sousa, da APB, e António Souto, do BES.

7 Aspecto dos participantes durante o intervalo para café.

8 Filipa Roquette, do BPI, Luís Vilhena da Cunha, do IFB e do ISGB, com Carlos Álvares, do Banco Popular.

9 José Timóteo, da CGD, à conversa com José Dias Lopes, do IFB.

